



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

13, 14 e 15  
junho de 2022

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 1 | Ano 2022

**Eixo TEMÁTICO: Formação de  
Professores**

**Sandro Tiago da Silva  
Figueira**

*Universidade Federal Fluminense  
(INFES), Departamento de  
Ciências Humanas.  
tiago\_figueira@id.uff.br*

**APREENSÕES ESSENCIAIS E  
APARENCIAIS NA BASE NACIONAL  
COMUM PARA A FORMAÇÃO  
INICIAL DE PROFESSORES DA  
EDUCAÇÃO BÁSICA**

**ESSENTIAL AND APPROPRIATE  
SEIZURES IN THE COMMON  
NATIONAL BASIS FOR THE INITIAL  
TRAINING OF BASIC  
EDUCATIONTEACHERS**



**RESUMO** Neste estudo qualitativo apoiado na análise documental, pretende-se clarificar a (s) influência (s) vocabular orientadora (s) na Resolução nº 2/2019, que define e institui respectivamente as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica com o objetivo de analisar como o termo “engajar” (e suas variações) é apresentado na BNC-formação, bem como, discuti-la a partir de seu uso em diferentes campos do conhecimento. Verifica-se que outros campos, especialmente da área empresarial, vêm impondo novas terminologias à Educação a partir das políticas educacionais. Essa investida mercadológica na formação docente visa à promoção de uma formação sucateada e reduzida ao treinamento de habilidades necessárias a padronização das ações pedagógicas para o atingimento de melhores escores nas avaliações externas e de ranqueamento internacional. Diante desse quadro reafirmamos a importância de mobilizarmos clareamentos de posições, refinamento de conceitos dentro de um projeto de educação emancipatória e participante dos processos de transformação estrutural da sociedade.

**Palavras-chave:** Formação de professores. Currículo. Política educacional.

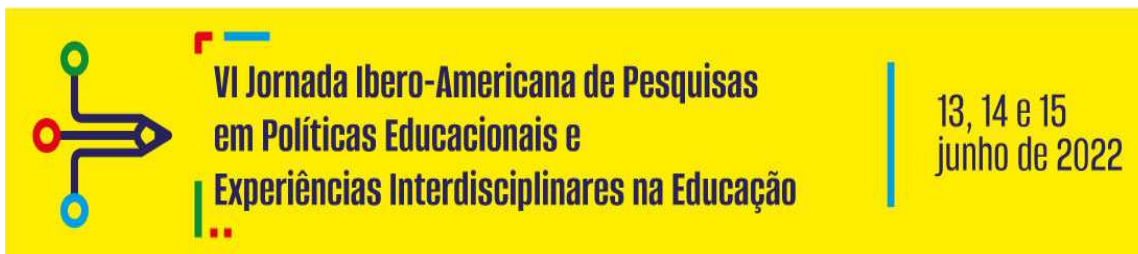
**ABSTRACT** In this qualitative study based on the documental analysis, it is intended to clarify the influence(s) guiding vocabulary(s) in Resolution No. 2/2019, which defines and institutes respectively the National Curriculum Guidelines and the Common National Base for the Initial Training of Basic Education Teachers with the objective of analyzing how the term "engage" (and its variations) is presented in bnc-training, as well, discuss it from its use in different fields of knowledge. It is verified that other fields, especially in the business area, have imposed new terminologies on Education from educational policies. This marketing onslaught in teacher education aims to promote a scrapped training and reduced to the training of skills necessary for the standardization of pedagogical actions to achieve better scores in external evaluations and international ranking. In view of this situation, we reaffirm the importance of mobilizing position bleaching, refinement of concepts within an emancipatory education project and participant in the processes of structural transformation of society.

**Keywords:** Teacher training. Curriculum. Educational policy.

## 1. INTRODUÇÃO

A formação de professores não se constitui numa simples tarefa. É um processo plural, multidimensional e epistemológico (Candau, 2020; Libâneo, 2020; Gatti, 2013) que não comporta a linearidade dos percursos, sendo constituído por mobilizações de ensinar-aprender visando intencionalmente desenvolver-se profissionalmente.

O reconhecimento da docência e de sua complexidade vem instigando reflexões de pesquisadores e das políticas públicas na construção de respostas aos desafios de natureza



institucional, político-social, profissional e pessoal. Nóvoa (2013) pontua que desde os anos 1980 vem surgindo mudanças importantes nas práticas formativas docentes com inserções de conceitos, termos e novas concepções, dos quais destacamos “professor reflexivo, desenvolvimento profissional docente, professor pesquisador” contribuindo para a redefinição do campo.

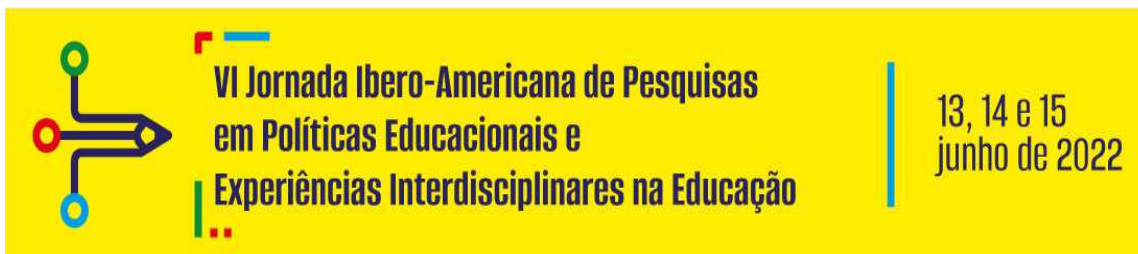
Nesse contexto, verifica-se que outros campos, especialmente da área empresarial, vêm impondo novas terminologias à Educação a partir das políticas educacionais. Pimenta e Severo (2020) sinalizam que nesta segunda década do século XXI, avolumam-se políticas produzidas por agentes financistas neoliberais instituindo alterações nos cursos de licenciaturas com foco praticista afirmando que basta uma formação prática, pois na aceção deles, “o professor é um simples técnico prático, com identidade frágil, executores de scripts e currículos” (p.104).

Essa investida mercadológica na formação docente visa à promoção de uma formação sucateada e reduzida ao treinamento de habilidades necessárias a padronização das ações pedagógicas para o atingimento de melhores escores nas avaliações externas e de ranqueamento internacional. Diante desse quadro, Libâneo (2020) assevera sobre a importância de mobilizarmos clareamentos de posições, refinamento de conceitos dentro de um projeto de educação emancipatória e participante dos processos de transformação estrutural da sociedade.

Atentos às novas terminologias, mergulhamos numa leitura crítica da Resolução nº 2/2019, que define e institui respectivamente as Diretrizes Curriculares Nacionais e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, com o objetivo de analisar como o termo “engajar” (e suas variações) é apresentado na BNC-formação, bem como, discuti-la a partir de seu uso em diferentes campos do conhecimento.

Para compreender o panorama recente dos estudos que investigam a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC/FI), aproximamos-nos de Pimenta e Severo (2020) e Costa, Mattos e Caetano (2021). Ambos os trabalhos se complementam no recorte das discussões e apresentando lacunas com quais exploramos em nosso texto.

Os pesquisadores Pimenta e Severo (2020) em seu trabalho indagam a BNC/FI sobre qual a concepção de professor, de profissional docente e de trabalho docente defendem? Identificam que Base Nacional Comum associa o desempenho estudantil a dilemas da



formação docente sem referências consistentes. Demarcam uma visão reducionista em que a qualidade da educação dependeria da ação isolada do professor desassociada de políticas de formação. Propõe processos formativos em cursos de licenciaturas aligeirados de complementação e na preparação instrumental de bacharéis para o ensino com ênfase na aprendizagem por competências.

Por meio da análise documental, Costa, Mattos e Caetano (2021) analisaram o Parecer MEC/CNE nº 2.167/2019 e a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica buscando suas implicações para a universidade pública e formação docente. Percebem que tais documentos reiteram a formação docente deve pautada num conjunto de competências predeterminadas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), isto é, com “prescrições de ações a serem treinadas e executadas pelo “novo professor” formado pela BNC-Formação” (p.905). As autoras depreendem a existência de uma política de formação docente implicada no controle e na regulação do que o professor deve ensinar, remetendo, desse modo, a formação ao engessamento de conhecimentos predefinidos, desconsiderando a autonomia docente e o professor como intelectual, reduzindo a possibilidade de um trabalho crítico.

Podemos perceber nas análises de Pimenta e Severo (2020) e Costa, Mattos e Caetano (2021), a configuração da BNC/FI no sentido de controlar a docência, política e profissionalmente, por meio de uma formação instrumental, esvaziada de conteúdos sócio-históricos e pedagógicos da formação de professores. Com essa percepção pretende-se nesse texto clarificar a (s) influência (s) vocabular orientadora (s) na Resolução nº 2/2019 que pode fragilizar a profissionalização docente e o funcionamento interno das escolas e da sala de aula.

## **2. O APARENIAL E OS LIMITES DA BNC-FORMAÇÃO INICIAL**

O uso das palavras nas reformas educativas vem sendo amplamente estudado por diversos pesquisadores no intuito de evidenciar os agregamentos retóricos que descaracterizam o campo da Educação, dentre os quais destacamos Shiroma e Evangelista (2004) e Shiroma *et al.* (2017). Na esteira da linguagem, os estudos sinalizam o centramento à ideia de profissionalização numa teia conceitual composta de termos que evocam



empregabilidade, eficiência e eficácia, referenciando um vocabulário implementador de monitoramento, gerenciamento e avaliação quantitativa dos sujeitos.

Buscando clarificar a (s) influência (s) vocabular orientadora (s) da Resolução nº 2/2019, nos debruçamos neste estudo qualitativo ancorado na análise documental. A análise documental mostra-se promissora na captação e no tratamento de dados qualitativos, seja buscando novos ângulos de um objeto ou de adversidades ou mesmo contribuindo para novas descobertas através de resultados já levantados em outras pesquisas (Lüdke; André, 1986). Assim sendo, efetuamos a leitura da resolução demarcando o clareamento de posições (Libâneo, 2020). Identificamos que a BNC/FI usa recorrentemente o termo engajar e seus derivados (engajamento, engajada, engajem) num total de 17 repetições. Inferimos que tais repetições não são neutras, mas se apoiam nos discursos do campo empresarial para sustentar a hipótese da má qualidade do ensino como responsabilidade de sujeitos ineficazes e não engajados em seus trabalhos (professores da educação básica, diretores escolares e universidades).

A utilização recorrente da palavra engajar e seus derivados na BNC/FI corrobora com a adoção, por parte do Estado, de soluções gerenciais compostas das ações de monitoramento e controle na trajetória da formação inicial de professores da Educação Básica e da própria universidade. Abre-se assim um panorama culpabilizante, no qual “os problemas educacionais vão sendo traduzidos como problemas de gestão da educação, da má administração” (Shiroma; Evangelista, 2004, p. 10).

Para clarificar e identificar os campos em que se atravessam as discussões do termo engajamento efetuamos um levantamento na plataforma Scielo em 12/01/2022 focalizando os periódicos científicos que acolheram trabalhos com o explicitado termo, obtendo 197 retornos de busca. Percebe-se que no universo de 15 (quinze) periódicos, 7 (sete) são da área da Saúde, 3 (três) integrando a Educação/Ensino, 2 (duas) nas Ciências Sociais, 1 (uma) em Psicologia, 1(uma) em Administração e 1 (uma) na Antropologia.

Seguimos com a leitura dos títulos e resumos dos artigos com o intuito de compreender os recortes e discussões efetuadas. Nessa etapa houve uma redução de artigos, pois muitos não trabalhavam com o termo engajamento / engajar. Na tabela a seguir, apresentamos os 26 elencados.





**Tabela 1 – Quantitativo após leitura dos resumos**

Periódico	Total
Ciência & Saúde Coletiva	1
Revista Brasileira de Enfermagem	1
Revista Brasileira de Educação Médica	3
Revista de Sociologia e Política	7
Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional	0
Trabalhos em Linguística Aplicada	1
Saúde e Sociedade	0
Caderno CRH	2
Educação & Sociedade	1
Interface - Comunicação, Saúde, Educação	1
Physis: Revista de Saúde Coletiva	0
Psicologia: Ciência e Profissão	2
Revista Brasileira de Ensino de Física	1
Revista de Administração Contemporânea	5
Mana	1

Após a leitura dos resumos dos artigos, verifica-se que as discussões nos periódicos da área de Saúde e da administração abordaram o engajamento numa perspectiva psicométrica para diagnóstico em ambientes organizacionais utilizando-se de escalas e cálculos de escores. Para medir o engajamento, baseiam-se na Utrecht Work Engagement Scale (Schaufeli; Bakker, 2010), uma escala de aferição de satisfação composta por dezessete itens englobando os fatores Vigor, Dedicção e Absorção considerado constituintes do engajamento segundo os autores. Podemos apreender que a assunção de perspectivas direcionadas a ação de engajar coloca em cena a necessidade de regulação e controle dos sujeitos através de mensuração comportamental e, por conseguinte o atingimento de metas estabelecidas.

Na área de Saúde, o artigo de Santos *et al.* (2021) investigou os níveis de estresse emocional e engajamento no trabalho entre policiais militares por meio da Utrecht Work Engagement Scale (Schaufeli; Bakker, 2010), calculando um escore obtido pelos policiais pesquisados. Os autores concluem que há um número importante de agentes com estresse ocupacional, no entanto, apresentam bons níveis de engajamento e entusiasmo.

No âmbito da Administração, outro estudo (Moraes; Teixeira, 2020), avaliou os diferentes níveis de engajamento no trabalho entre gestores de diversas empresas na política organizacional. Apoiados na Utrecht Work Engagement Scale (Schaufeli; Bakker, 2010)



identificam pela estatística de comparação entre os grupos, que os gestores emocionalmente e cognitivamente estruturados tendem a aumentar seu engajamento.

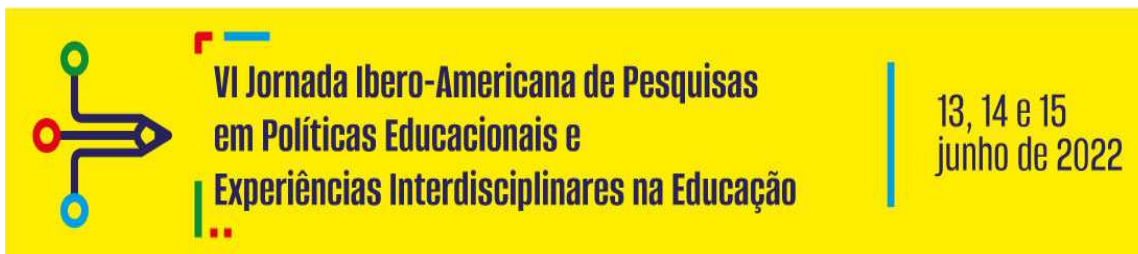
Os pesquisadores do campo da Psicologia Rodrigues-Marçulo, Ferreira e Gabardo-Martins (2021) investigaram no contexto da carreira militar do Exército Brasileiro, evidências de validade da estrutura do engajamento. Pautado na *Career Engagement Scale* (Hirschi; Freund; Herrmann, 2014), realizaram análises fatoriais das respostas dos participantes sobre o desenvolvimento na carreira. Concluem que os índices possuem consistências internas úteis à mensuração do engajamento na carreira militar.

Nos estudos acima elencados depreendemos a definição de engajamento assentado na individualização e responsabilização dos sujeitos em produzir altos escores em seu próprio desenvolvimento desconsiderando os fatores e dimensões que concorrem para a realização humana do trabalho. Inferimos que engajar é mensurar, estandardizar para responsabilizar os trabalhadores e assim invisibilizar os problemas sociais, políticos e econômicos que influenciam a produção existencial e laboral dos sujeitos. Shiroma *et al.* (2017) explicam que a ideologia da responsabilização tem sua origem nos anos 2000, a partir da racionalidade política de deslocamento perverso, na qual os problemas que impedem o desenvolvimento das ações adequadas dos trabalhadores não derivam das opções políticas e econômicas do Capital mas sim pelo pouco empenho do trabalhador.

No campo das Ciências Sociais, o termo engajamento é contextualizado no âmbito das competências políticas voltando-se para ações de militância. No artigo de Oliveira (2008) examina-se o engajamento político nas organizações ambientalistas. A metodologia apoiou-se em entrevistas biográficas com diversos dirigentes e suas conclusões associam o engajamento à competência perita com forte imbricação em múltiplas redes e esferas sociais.

Em outra investigação, Bernardes (2020) analisou em sua pesquisa o engajamento público e o uso institucional do Facebook nas assembleias legislativas da Região Sudeste. Para isso realizou entrevista em profundidade com gestores. Os resultados apontaram que o engajamento, entendido como competência dialógica, não é aproveitado nas redes das assembleias legislativas ampliando dessa forma o distanciamento com a sociedade.

Depreende-se dos estudos das Ciências Sociais uma articulação do termo engajar no sentido de competência interacional entre sujeitos e estes com as diversas organizações e instituições. Contudo, entendemos ser adequado pontuar, enquanto campo da Educação, o uso das palavras e suas conotações de projetos societários em disputa. O conceito de competência



associa-se ao enfoque tecnicista e economicista num viés prescritivo de apagamento do ser humano em sua totalidade. Dessa forma, apontam Shiroma e Campos (1997, p. 6), a competência enquanto atributo pessoal se identifica como o ser rentável e o saber competir, a capacidade de pertencer ao mercado por direito, de concorrer e fazer cumprir o objetivo de maximização das condições de venda da própria força de trabalho, mostrando que entre os dois termos, competência e competir, há mais que uma identidade etímica, há identidade com a lógica do capital.

O esvaziamento dos conhecimentos teóricos na formação docente amplamente reforçado na Base Nacional de Formação Inicial de Professores da Educação Básica – BNC/FI, conforme apontam Pimenta e Severo (2020) e Costa, Mattos e Caetano (2021), impõe um perfil profissional instrumental para exercer a instrumentalização curricular num viés aplicacionista e desamparado intelectualmente pela ausência de consciência crítica e epistemológica. Libâneo (2020) identifica a atual conjuntura social e política como direcionada à educação pragmática e conservadora numa tendência que traça os processos de ensino para a preparação e inserção de indivíduos na economia do mercado local e global por meio da medição do rendimento escolar e de uma formação conservadora para o controle moralista dos indivíduos.

Reforçando a necessidade político-pedagógica de problematizarmos as palavras com suas relações e composições, fomos à busca da etimologia o termo engajar, encontrando sua origem no francês *engager* com acepções de “dar em garantia, empenhar, ou dar como caução”<sup>1</sup>. Preocupa-nos tais acepções por reforçarem a submissão dos sujeitos às diretrizes organizacionais, anulando o pensar sobre e com o fazer, bem como a manifestação do humano em sua inteireza, numa entrega voluntária a determinada causa.

Identificamos também em uma rápida busca no *Google* com o termo de entrada engajamento, textos em sites e blogs do campo empresarial<sup>2</sup> definindo-o como palavra-chave da era do valor. Explicam que o engajamento tornou-se pauta importante do universo corporativo, sobretudo por criar ambiente de trabalho que se encaixe nos desejos do cliente, difundindo a cultura empresarial pautada na mensuração de desempenho.

<sup>1</sup> <https://www.significados.com.br/engajar/>

<sup>2</sup> <https://administradores.com.br/artigos/a-verdadeira-concepcao-do-engajamento>

<https://www.giulianapreziosi.com.br/index.php/em-pauta/artigos/item/50-engajamento-a->

palavra-chave-da-  
era-do-valor





Vemos que o valor atribuído aos sujeitos que são requeridos o engajamento é numérico, quantificável, mensurável e direcionado a produção de escores elevados em sua ação laborativa. Cria-se assim um ambiente competitivo em que a coletividade constitui uma ameaça ao desempenho, já que a medição é centrada na individualização dos resultados. Focalizam-se os fins laborais desprezando o processo e suas interações. Concordamos com Nóvoa (2013) quando explica que nas últimas décadas “criaram-se várias ilusões” voltadas à compensação da menor preparação formativa docente recorrendo a especialistas vários, principalmente gestores e administradores para corrigir insuficiências com a ilusão da racionalização do ensino no esforço de prever, planificar e controlar. Entendemos que essa racionalização abala a vida e o trabalho docente, desconfigurando sua ação de formação humana das novas gerações para o de executor e aplicacionista de técnicas voltadas ao desempenho estandardizado dos estudantes e de sua prática.

Colocando esses achados em diálogo com o campo da Educação pode-se depreender ações políticas empresariais altamente voltadas para a desqualificação e destituição da natureza do trabalho dos professores, anulando o fato de que a docência se faz nas dimensões de autoria, coletividade, interação permanente e na processualidade. Tais dimensões são uma ameaça ao sujeito engajado por concorrer principalmente com a produção estandardizada dos resultados.

### 3. CONCLUSÃO

A partir do levantamento e reflexões aqui explicitadas, entendemos que a empreitada engajadora da BNC/FI traça a fragilização da docência através de uma formação reducionista, aplicacionista e destituída dos saberes específicos do campo da Formação de Professores. Demarcamos que a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC/FI) ampara-se em argumentos pseudocientíficos para a formação docente, sobretudo por desconsiderar as indicações mais recentes das pesquisas do campo. Dissolvem a processualidade da aprendizagem da profissão numa trajetória linear e unilateral de reprodução de modelo praticista de desempenho. Diante do exposto, assinalamos a abertura de “uma fenda entre *tudo* que se pede aos professores e o *nada* (ou *pouco*) que se



lhes dá” (Nóvoa, 2013). Argumentamos que precisamos urgentemente encontrar itinerâncias de formação que partam “de dentro da profissão”, do seu *locus* de existencialidade, transformando nossas experiências de pesquisas, de docência, de ensino e aprendizagem em conteúdos formativos.

Defendemos que precisamos provocar o estranhamento das linguagens e dos vocabulários, problematizando os determinantes evocados pelas palavras que mascaram a realidade, questionando os discursos aparentes que englobam o terreno de disputa da formação de professores. Evocar novos outros argumentos que aumentem as possibilidades e a valorização da docência pela experimentação das palavras se faz necessário.

Para concluir, ressaltamos a imprescindibilidade de enfrentar a investida mercadológica nas políticas de formação docente com respostas fundamentadas nas pesquisas realizadas, apoiadas no compromisso com a formação socialmente referenciada e na defesa da escola básica e da universidade como instituições sociais indispensáveis para sociedade democrática, para a justiça social e para a redução das desigualdades sociais, com ações autorais, criativas e problematizadas na íntima relação teórico-prática.

#### 4. REFERÊNCIAS

BRASIL/Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n.2, de 20 de dezembro de 2019. Brasília [Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article/?id=77781%E2%80%9D> – Acesso em 04/01/2022].

BRASIL. Conselho Nacional de Educação/Conselho Pleno (CNE/CP). Parecer nº 2.167. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). *Diário Oficial da União*: Seção 1, Brasília, DF, p. 142, 20 dez. 2019.

BERNARDES, C. B. Engajamento público e o uso institucional do Facebook nas assembleias legislativas da Região Sudeste. *Rev.Sociol.Polit.*, v.28, n. 76, 2020.

CANDAU, V. M. Didática: revisitando uma trajetória. In: CANDAU, V. M.; CRUZ, G. B.; FERNANDES, C. (orgs.) *Didática e fazeres-saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

COSTA, E. M; MATTOS, C. C.; CAETANO, V. N. S. Implicações da BNC-Formação para a universidade pública e formação docente. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 896-909, mar. 2021.



**VI Jornada Ibero-Americana de Pesquisas  
em Políticas Educacionais e  
Experiências Interdisciplinares na Educação**

**13, 14 e 15  
junho de 2022**

GATTI, B. A. A prática pedagógica como núcleo do processo de formação de professores. In: GATTI et al. *Por uma política nacional de formação de professores*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

HIRSCHI, A.; FREUND, P. A.; HERRMANN, A. (2014). The career engagement scale: Development and validation of a measure of proactive career behaviors. *Journal of Career Assessment*, 22(4), 575-594.

LIBÂNEO, J. C. Implicações epistemológicas no campo teórico, investigativo e profissional da Didática e desafios políticos e pedagógicos-didáticos em face ao desmonte da educação pública. In: CANDAU, V. M; CRUZ, G. B.; FERNANDES, C. ( orgs.) *Didática e fazeres-saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986. 45-57 p.

MORAES, R. M.; TEIXEIRA, A. J. C. Gestores, engajamento e comportamentos políticos: uma relação não linear. *Revista de Administração Contemporânea*, v.24, n.3,p.218-231, 2020.

NÓVOA, A. Nada substitui um bom professor: propostas para uma revolução no campo da formação de professores. In: GATTI et al. *Por uma política nacional de formação de professores*. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

OLIVEIRA, W. J. F. Engajamento político, competência técnica e elites dirigentes do movimento ambientalista. *Rev.Sociol.Polit.*, v.16, n.30, p.167-186, jun.2008.

PIMENTA, S. G; SEVERO, J. L. R. de L. A didática na Base Nacional Comum da formação docente no Brasil – Guinada ao tecnicismo no contexto da mercadorização da educação pública. In: CANDAU, V. M; CRUZ, G. B.; FERNANDES, C. ( orgs.) *Didática e fazeres-saberes pedagógicos: diálogos, insurgências e políticas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020.

RODRIGUES-MARÇULO, A. O.; FERREIRA, M. C. GABARDO-MARTINS, L. M. D. Evidências de validade da escala de engajamento na carreira no contexto militar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 41, e231619,p. 1-15, 2021.

SANTOS et al. Estresse ocupacional e engajamento no trabalho entre policiais militares. *Ciência & Saúde Coletiva*, v.26, n. 12, p. 5987-5996, 2021.

SCHAUFELI, M. S.; BAKKER, A. B. (2010). Defining and measuring work engagement: Bringing clarity to the concept. In A. B. Bakker & M. P. Leiter (Eds.), *Work engagement: A handbook of essential theory and research* (pp.10-24). East Sussex: Psychology press.

SHIROMA et al. A tragédia docente e suas faces. In: EVANGELISTA, O; SEKI, A. K. (Orgs.) *Formação de Professores no Brasil: leituras a contrapelo*. Araraquara: Junqueira&Marin, 2017.



SHIROMA, E; EVANGELISTA, O. A colonização da utopia nos discursos profissionalização docente. *Perspectiva*, Florianópolis, v.22, n.2, p. 525-542, 2004.